

OS TERRITÓRIOS CORPORIFICADOS DO AGRIBUSINESS NOS RECORTES SUB-REGIONAIS DAS AMAZÔNIAS MERIDIONAL E ORIENTAL E SUA DECODIFICAÇÃO ATRAVÉS DO INVENTÁRIO TOPONÍMICO

José Antônio Souza de Deus¹
Luciana Priscila do Carmo²

Resumo

Discute-se, neste trabalho, os “territórios corporificados” do *agribusiness*, procurando-se decodificá-los através dos topônimos gestados com o avanço de atividades sojicultoras e pastoris no “Arco do Desmatamento”- onde as cidades oriundas da colonização configuraram-se como espaços da prosperidade, mas tal visão revela-se unilateral, porque sua formação envolveu contradições. A metodologia adotada incluiu: pesquisa bibliográfica, inventário toponímico, trabalhos de campo e problematização sobre os dados obtidos. Nesse contexto regional evidenciou-se uma toponímia “economicista”, atrelada a relações topofílicas com o território, estabelecidas pelos “pioneiros” que adentraram aí, impulsionados por políticas que visavam “integrar” a Amazônia ao resto do país. Tal modelo vinculou-se a interesses “desenvolvimentistas”, gerando grande degradação ambiental na região. Postulamos que a toponímia “ufanista” revela uma “euforia” com o retorno obtido com atividades desenvolvidas em terras “virgens”- embora elas fossem ocupadas por populações tradicionais; a partir daí, desterritorializadas.

Palavras-chave: Toponímia, Territórios Corporificados, Avanço da “fronteira”.

Introdução

Esse trabalho coloca em evidência o processo de formação de “territórios corporificados” vinculados à expansão do *agribusiness* nos recortes sub-regionais das Amazônia meridional e oriental, procurando elucidá-lo e decodificá-lo através da análise e (re)interpretação críticas da origem, evolução e significado dos registros toponímicos ligados à fundação de novas cidades e gestados paralelamente ao avanço da fronteira agrícola nas regiões Norte e Centro-Oeste do país nas últimas décadas. Esse processo imbricou-se, sobretudo, com o crescente desenvolvimento de atividades sojicultoras, pastoris- e, também, minerais- em Rondônia e norte de Mato Grosso (Amazônia Meridional), sul e sudeste do Pará

¹Programa de Pós-Graduação em Geografia- Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais- IGC/ UFMG (Professor Associado III); jantoniosdeus@uol.com.br

² Programa de Pós-Graduação em Geografia- Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais- IGC/ UFMG (Mestranda); integrante da equipe do projeto “Agentes Quilombolas Socioambientais: o Turismo Como Geração de Renda Alternativa no Médio Jequitinhonha”, desenvolvido pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/ CEDEFES. lupridocarmo@gmail.com

e Tocantins (Amazônia Oriental)- no assim denominado “Arco do Desmatamento” (região onde a fronteira agrícola avança em direção à floresta e, também, onde encontram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia).

Vale ressaltar que o elevado valor bruto da produção das lavouras de soja, bem como a mobilização de poder político a elas associado, alterou profundamente a dinâmica econômica da região, com a criação de infra-estrutura, formação de novas cidades e implantação de complexos agroindustriais. Como fatores apontados para o incremento da produção de grãos e bovinos na Amazônia destacam-se o crescimento do mercado de exportação de carne e soja, a implantação de infra-estrutura de estradas e de armazenamento, o desenvolvimento de pesquisas e as políticas públicas de crédito rural.

Em grande medida, as novas cidades oriundas de projetos de colonização recentes, baseados no agronegócio, configuraram-se, na ótica dos recém-chegados, como espaços de pessoas “bem sucedidas”, da riqueza, da prosperidade, etc.- embora tal visão assumisse um caráter um tanto unilateral e unidirecional porque o processo de formação dessas cidades, na Pré-Amazônia mato-grossense, por exemplo, na década de 80 (século XX) envolveu flagrantes contradições e conflitos.

Alguns dados emblemáticos o conjunto de processos incidentes na “fronteira” nas últimas décadas. A produção de soja, em 2010, foi de 20.918.899 toneladas, representando 64,16% do conjunto de grãos produzidos na Amazônia. O estado do Mato Grosso concentra 89,81% da soja produzida na região, e 27% do Brasil, despontando como o principal produtor de soja do país (SILVA, 2015). Em 2015, Mato Grosso foi o estado brasileiro que mais produziu soja. Além disso, o estado tem o maior rebanho bovino de corte do país. Atualmente a maioria das cidades com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, têm na sojicultura, sua base econômica. A cidade de Sorriso/ MT transformou-se, nesse contexto, na capital nacional do agronegócio e grande produtor de soja, milho, algodão e feijão. Já o estado de Rondônia, com condições climáticas favoráveis à criação, terra mais acessível e livre de aftosa, consolidou-se, a seguir, como novo pólo de investimento do setor pecuário.

Para problematizar tais questões, a pesquisa utilizou categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação nítida e explicitamente geográficos vinculados a linhas interpretativas da Geografia Cultural e Etnogeografia, em interlocução e diálogo com a Geografia Agrária; assumindo, portanto, um caráter acentuadamente interdisciplinar.

Os procedimentos metodológicos utilizados como formas de operacionalização da investigação incluíram: pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico regional; reconhecimentos de campo (realizados no recorte territorial da Amazônia Meridional, no período compreendido entre maio de 2009 e maio de 2013, em pesquisas de campo relacionadas com o desenvolvimento, aí, de projeto CAPES/ PROCAD; e anteriormente, de tese de Doutorado desenvolvida junto ao IGEO/ UFRJ na área de concentração de Organização e Gestão do Território e relacionada com o estudo da territorialidade e cultura de populações tradicionais da Amazônia brasileira); seguidas de contextualização, sistematização e problematização críticas sobre os dados e informações primárias e secundárias obtidas.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em abordagens diversificadas, incluindo enfoques sociológicos (MARTINS, 1996, 2009), etnológico-etnográficos (DEUS, 2015; RIBEIRO, 1992; RODRIGUES, 2006; SILVA, 1998), geopolíticos/ geográfico-políticos (BECKER, 2005, 2007; SILVA, 2015), etnoambientais/ etnopolíticos (COLLINS, 1990; DEUS, 2008, 2010; DEUS & BARBOSA, 2009; DEUS, BARBOSA & TUBALDINI, 2011), histórico-culturais (ALERU & ALABI, 2010; SEEMANN, 2005), geográfico-culturais (CLAVAL, 2007; CORRÊA, 2003), geográfico-agrírios (BERNARDES, 2002), etc.

O Papel dos Estudos Toponímicos nas Abordagens Geográficas

Partiu-se do pressuposto, na pesquisa, de que os topônimos constituem importantes testemunhos históricos da vida social de um povo, cujo estudo corresponde a uma alternativa para a obtenção de um conhecimento sobre a cosmovisão das comunidades que ocupam (ou ocuparam) determinado território. Assumiu-se ainda que o inventário toponímico corresponda a um procedimento metodológico que permite resgatar aspectos relevantes e expressivos da memória social de um povo, em termos históricos, geográficos e etnológicos. Vale ressaltar que a toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas ou contemporâneas.

Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do Espaço (CLAVAL, 2007). Ela corresponde a um traço da Cultura e a uma herança cultural (NÉGRE apud CLAVAL, 2007). E a toponímia constitui, assim, relevante marca cultural, expressando uma efetiva apropriação do Espaço (ou do Território) por determinado grupo cultural. Ela constitui marcante elemento identitário (CORRÊA, 2003).

Para Seemann (2005, p. 207), a tarefa da Geografia Cultural “seria investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões de sua topogênese, para contribuir para uma melhor compreensão da relação entre Espaço e Cultura, no passado e no presente”. Para o autor “pesquisar a toponímia inevitavelmente inclui investigações históricas”; e estudá-la significa adotar uma perspectiva histórica da Geografia Cultural (SEEMANN, 2005, p. 220).

Para Azaryvahu & Golan (2001) nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros são atitudes ou práticas que têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não. É relevante assinalar ainda que a toponímia possa ser utilizada para a compreensão dos territórios como dimensões ontológicas (ALVES *et al.*, 2010) na medida em que ela está associada ao estudo dos nomes dos lugares considerando os aspectos da dominação territorial bem como o surgimento de identidades e significações para eles.

Em termos geográficos, a toponímia pode ser visualizada como uma construção intelectual que reflete a complexidade do Território, bem como as particularidades de sua formação e evolução. É interessante notar, por outro lado que, através do inventário toponímico pode se perceber o que é, em síntese, um Espaço ou Território (e as paisagens a ele associadas), pois ele trata-se de um instrumento metodológico que permite que sejam definidos seus elementos mais marcantes e característicos, como assinalam Garau & Sebastián (2013).

Ressalte-se ainda que, como os topônimos incorporam uma percepção temporal, eles podem fornecer relevantes informações sobre a história de um território particular, muitas vezes, inalcançáveis através de uma pesquisa empreendida a partir de outras fontes, como assinalaram Rankin *et al.* (2008). Deve-se observar, por outro lado, que muitos recortes territoriais experimentaram etapas sucessivas de ocupação por populações de diferentes origens étnicas e linguísticas; e a diversidade cultural da origem dos nomes dos lugares reflete esta dinâmica histórica.

Para Aleru & Alabi (2010, p. 160-161, tradução nossa), é evidente que tais estudos fornecem, portanto, valiosos dados a partir dos quais vários aspectos histórico-culturais de um povo podem ser resgatados e reconstruídos.

Os Registros Toponímicos e o Avanço da “Fronteira” nas Amazônia Meridional e Oriental

Observa-se que há, na Amazônia, vários topônimos associados ao desenvolvimento, de atividades extrativas (relacionadas, por exemplo, com o Ciclo da Borracha: Seringueiras/ RO, Igarapé do Caucho/ AC, Igarapé do Seringal/ RO, Seringal do Rio Verde/ AM- DEUS, 2015) e/ ou atividades direta ou indiretamente associadas ao mundo agrário. Por outro lado, no contexto territorial onde a pesquisa foi verticalizada, evidenciou-se uma toponímia com contornos muito sugestivos e particulares, de corte “economicista” e caráter nitidamente “ufanista” relacionada à criação e desenvolvimento de sentimentos topofílicos com o território por levas de “pioneiros” que adentraram a região a partir das décadas de 70 e 80 do século XX, impulsionados por políticas governamentais desenvolvidas com motivações geopolíticas e implementadas através de estratégias ideologicamente fundamentadas, já sobejamente documentadas na literatura científica, a propósito. Tais iniciativas estatais visavam, fundamentalmente, colonizar e “integrar” a Amazônia ao resto do país. É nessa perspectiva que Silva (2015) pontua que os estudos desenvolvidos pela vertente da moderna geografia política abordam as mudanças espaciais na Amazônia com enfoque no papel do Estado - este atuando como agente planejador da ocupação, produção e organização do espaço amazônico”.

E é forçoso reconhecer que o modelo hegemônico de ocupação da “fronteira” implantado a partir daí, atrelou-se a interesses mercantilistas, alinhando-se a uma ideologia “desenvolvimentista” que propiciaria a estruturação de territórios sob a égide das corporações, no vasto e complexo contexto regional amazônico. Isso evidentemente se deu porque “o poder político e econômico de que as corporações dispõem, garante-lhes importante papel como agentes da gestão do Território a partir de práticas espaciais por elas engendradas” CORRÊA (1992, p. 43).

E é pertinente observar ainda que são precisamente as corporações, que na fase atual do Capitalismo, desempenham o mais importante papel na organização do espaço, atuando em amplos e diferenciados territórios por elas controlados e garantindo a eficácia da acumulação capitalista e a reprodução das condições de produção desse modo de produção. Como acentua Silva (2015), de um espaço agrícola de subsistência ou de produção de poucos excedentes, caracterizado pelo desenvolvimento de atividades agrárias extensivas e com

utilização de poucos recursos tecnológicos, os recortes sub-regionais do sul e do leste da Amazônia se transformaram em um espaço da globalização das grandes empresas do agronegócio (*tradings*), cujos agentes hegemônicos territorializaram seus projetos econômicos com suporte de governos e das elites regionais, metamorfoseando o espaço num território corporativo do Capital.

Verifica-se, por outro lado que o modelo de desenvolvimento lastreado prioritária ou exclusivamente no interesse pelo crescimento econômico (e que subestima ou minimiza a geração de externalidades como os impactos ambientais e sociais), desencadeou acelerada degradação ambiental no contexto regional investigado, provocando grande devastação das *rain forests*, como têm sistematicamente denunciado, aliás, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil, nos cenários nacional e global, ao longo de décadas. E essa volumosa penetração, na “fronteira”, de colonos originários, sobretudo, do sul/ sudeste e nordeste do país (como se registra, classicamente, na literatura concernente a tais eventos e processos), se deu notadamente ao longo de grandes eixos rodoviários aí construídos pelo governo federal, na segunda metade do século XX- como a BR-364 (sobretudo, no trecho situado entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho) e a BR-163 (sobretudo, no trecho situado entre Cuiabá e Santarém), irradiando-se posteriormente pelo entorno e áreas circunvizinhas desses eixos.

Em nossa abordagem propõe-se, contudo, um viés diferenciado (de cunho essencialmente etnogeográfico e etnopolítico) para a elucidação dos fenômenos e processos vinculados a essa dinâmica de expansão urbana na “fronteira”: verificou-se nos estudos que empreendemos, que a toponímia com viés “ufanista”, largamente disseminada nos recortes territoriais investigados, remete a um sentimento de “euforia” com o generoso retorno econômico inicialmente obtido pelos migrantes com o desenvolvimento de atividades econômicas, nesse novo “Eldorado”. Como registra Silva (2015), observa-se, nesse contexto que, sob a égide do Estado planejador, a ocupação territorial é incentivada e movida pela esperança de novas oportunidades econômicas com a inserção, aí, de atividades produtivas capitalistas.

E ressalte-se que, particularmente os topônimos aplicados a aglomerações humanas (vilas, povoados, cidades) constituem reflexos do momento histórico em que foram “batizadas” ou nomeadas (ISQUERDO, 2008). Faggion & Misturini (2014, p. 143), a propósito, defendem a instigante ideia de que os topônimos “são também veículo de

ideologias e, como tal, permeiam ou dirigem a memória, a vivência e o imaginário do grupo social que os utiliza”. Estas terras eram, até então, consideradas “virgens” e “intocadas”- embora elas fossem, na verdade, já ocupadas (e manejadas) por sociedades indígenas e outras populações tradicionais (como os seringueiros, castanheiros, ribeirinhos...), milenar ou secularmente sediadas aí, as quais foram submetidas- como fartamente documentaram etnólogos, geógrafos e historiadores-, a violentos processos de etnocídio e desterritorialização com a “repentina”- e massiva chegada de levas de “forasteiros” à região amazônica.

Como assinala Martins (2009, p. 74): os militares falavam, então, em “ocupação de espaços vazios”, embora a região já estivesse ocupada por dezenas de sociedades indígenas, muitas delas, até então, jamais contatadas pelo “homem branco”- como os *Panará(s)* da Serra do Cachimbo/ PA (contatados em 1973); os *Zoró(s)*, do sudeste de Rondônia (contatados em 1977), os *Arara(s)* do Pará (contatados de 1983 a 1987), etc.-; e ocupada também, ainda que de forma descontínua, dispersa, por uma população camponesa já domiciliada na região desde o século XVIII, pelo menos.

Episódios de depopulação drástica de comunidades indígenas (que, em muitos casos, chegaram à beira do extermínio!) aconteceram com inúmeros grupos indígenas domiciliados nas áreas culturais: Guaporé, Tapajós/ Madeira, Alto Xingu, Tocantins/ Xingu e Pindaré/ Gurupi e podem ser exemplificados pelos casos dos *Tupari(s)* do vale do Guaporé/ RO (contatados em 1955); os *Karipuna* de Rondônia (bacia do Madeira), contatados em 1981/ 1982; os *Asurini(s)* do Xingu, *Suruí Aikewar* (contatados em 1960/ 1962- e a seguir vitimados por epidemias de gripe e varíola que mataram 2/3 da população da tribo, reduzindo-a para 34 pessoas), *Gaviões Parakateyê*, *Xipáya* e *Kuruáya*, todos, sediados no sudeste do Pará; os já mencionados *Panará(s)* da bacia do Rio Peixoto de Azevedo/ PA- os quais perderam 2/3 da sua população em razão de enfermidades e massacres que se seguiram ao contato, sendo seu contingente demográfico reduzido a 79 indivíduos em 1975 (MARTINS, 2009); os *Tapayúna(s)*, originalmente domiciliados na bacia do Rio Arinos (Alto Tapajós), norte de Mato Grosso, contatados em 1970; os *Yawalapity* e *Awetí*, do Alto Xingu/ MT, etc.

Para exemplificar situações vivenciadas por grupos indígenas particularmente atingidos por ações violentas e hostis dos neo-brasileiros, podemos detalhar a experiência adversa vivenciada pelos *Asurini(s)* do Xingu que foram contatados no Igarapé Ipiaçava em 1971, por ocasião da abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) e tiveram sua população reduzida a um patamar mínimo de 52 pessoas, em 1982, devido aos impactos negativos

decorrentes desse processo. Já os *Tapayúna* (índios *macro-jê*, depreciativamente denominados como “Beijos-de-Pau” pela população regional) reduziram-se, na década de 70 (século XX), a 41 sobreviventes, pois como o seu território tinha uma diversidade de recursos naturais, como seringueiras, minérios e madeiras, ele foi invadido e ocupado por seringueiros, garimpeiros, madeireiros... Notícias publicadas na imprensa brasileira datadas de 1966 documentaram inúmeras ações violentas realizadas, então, por “não-índios”, contra a etnia, com o objetivo de usurpar suas terras.

Vale ressaltar que a vertente da toponímia que denominamos como “economicista” e “ufanista” foi tipicamente gerada no recorte territorial considerado das Amazônias meridional e oriental, devido a especificidades/ particularidades de sua trajetória histórica recente que remetem ao imaginário construído sobre o processo de colonização, sendo revelada/ explicitada por expressivo número de registros, a exemplo de: Alvorada do Oeste, Paraíso, Vale do Paraíso, Novo Paraíso, Novo Destino, Novo Brasil, Novo Mundo, Novo Horizonte d’Oeste, Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Vida, Boa Sorte, Bonança, Fortuna e Triunfo, no estado de Rondônia; Conquista d’Oeste, Glória do Oeste, Esperança, Boa Esperança, Bom Futuro, Bonsucesso, Mundo Novo, Nova Alvorada, Nova Esperança, Nova Vida, Nova Amazônia, Nova Canaã do Norte, Novo Eldorado, Novo Horizonte, Novo Horizonte do Norte, Vale do Sonho, Sorriso, Fatura, Paraíso e Progresso, no estado de Mato Grosso (onde, em sua área setentrional, em apenas 40 anos, percebeu-se uma transformação radical da paisagem devido ao avanço do agronegócio que substituiu o Cerrado e a Floresta Amazônica por extensas monoculturas de soja, as quais se estabeleceram aí com uma velocidade avassaladora); Brasil Novo, Eldorado dos Carajás, Novo Éden, Novo Progresso, Castelo dos Sonhos (Altamira/ PA), Boa Esperança, Bom Destino, Bonsucesso, Jardim do Ouro e Vila Nova Alvorada, no estado do Pará.

Observe-se, a propósito, que em determinados recortes territoriais (Serra dos Carajás, Tapajós, Rondônia...) a cobiça por recursos minerais (ouro aluvionar, diamantes, cassiterita...) é que constituiu a maior motivação para a atração de migrantes (como garimpeiros, oriundos de diversas regiões do país) para estas províncias minerais- auríferas, diamantíferas, ferríferas, estaníferas...

E esse processo de migração interna frequentemente desencadeou processos sistemáticos de invasão e degradação ambiental de territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas- como ocorreu com os *Cinta(s) Larga(s)* do oeste de Mato Grosso e

sudeste de Rondônia, com os *Munduruku*(s) da área tapajônica/ PA e com os *Kayapó*(s) do sudeste do Pará (e norte de Mato Grosso)- invariavelmente ocasionando o assoreamento, turbidez e contaminação química dos rios e igarapés aí localizados.

Considerações Finais

Como demarcam Miranda & Egler (2013), o estudo de topônimos “não deixa de ser uma forma simbólica de demarcar o domínio sobre um território” e, conseqüentemente a toponímia “ufanista”, incidente em recortes territoriais da Amazônia como Rondônia, norte do Mato Grosso e sudeste do Pará testemunha e retrata um exercício de dominação materializado na apropriação de territórios por “pioneiros” no final do século XX- quando, de acordo com a eminente pesquisadora Bertha Becker (2007), uma grande novidade que emergiu no contexto territorial amazônico correspondeu à introdução, aí, de uma agricultura capitalizada que, aliás, utilizou diferentes estratégias para sua implantação e consolidação nesses contextos territoriais regionais (BERNARDES, 2002). A autora demarcou que esse processo implicou em “problemas de concentração fundiária e de renda, bem como a expulsão de pequenos produtores, ameaças às terras indígenas e intensificação do desmatamento” (BECKER, 2007, p. 123).

A agregação e incorporação de vastos territórios do “Brasil Profundo” à dinâmica da “modernidade” e à economia capitalista ocorreram, portanto, à custa de significativa degradação ambiental e do contato indiscriminado com a “sociedade nacional”, seguido de desterritorialização generalizada de índios e seringueiros, atores sociais então visualizados- de forma autoritária e etnocêntrica-, como “cidadãos de segunda classe” e como “entraves ao desenvolvimento” da nação.

É sugestivo observar que, nessa perspectiva, emergem com força, as concepções clássicas de autores como Bertha Becker que decodificou a “fronteira” como um espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, capaz de gerar realidades novas (BECKER, 2005); e José de Souza Martins que registrou, por sua vez, que o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a “fronteira” no Brasil é a situação de **conflito social**- sendo ela, ao mesmo tempo, um lugar de descoberta do Outro e de desencontro: o lugar da Alteridade (MARTINS, 1996, 2009).

É relevante assinalar, por outro lado, que mais recentemente, as comunidades tradicionais e indígenas (“os “povos da floresta”) têm conseguido reverter e superar essa situação adversa e desfavorável, ao crescentemente conseguirem concretizar um protagonismo etnopolítico, sob a forma de exercício de novas territorialidades, em diferentes quadrantes do território amazônico, como têm assinalado vários pesquisadores (COLLINS, 1990; DEUS, 2008, 2010; DEUS & BARBOSA, 2009; DEUS, BARBOSA & TUBALDINI, 2011; GONÇALVES, 1983)- envolvendo diversas comunidades tribais como os índios xinguanos (*Suyá Kisêdjê, Kamayurá, Waurá, Juruna, Yawalapity, Kalapálo, Kuikúro, Trumai...*), os *Suruí Paiter, Apinayé(s), Xavante(s), Kayapó(s), Panará(s)*, etc.

No caso dos *Panará* (remanescentes dos antigos *Kayapó do Sul* e também conhecidos como *Kreen-Akarôre*), a recuperação populacional do grupo, atualmente, é evidente “porém suas condições de vida ainda são bastante precárias” (RODRIGUES, 2006, p. 461) embora a língua nativa dos *Panará(s)* mostre-se vigorosa, pois embora se verifique que a maioria dos índios da tribo também se expresse em português, apenas alguns homens são efetivamente fluentes nessa língua (e eles também sabem, se comunicar na língua de seus parentes *jês suyá* e *kayapó*).

Quanto aos *Xavante(s)*, segundo Aracy Lopes da Silva (1998, p. 378), sua história deixa evidente a grande capacidade desses índios em responder a fatores externos “e, simultaneamente, proceder a rearranjos que permitiram a preservação estrutural de sua sociedade”. Desde as últimas décadas do século XX tem-se, de fato, presenciado uma atuação decidida dos *Xavante* no sentido de garantir a posse das terras que eles ocupam e a recuperação de parcelas do seu território tradicional, situado no leste do Mato Grosso- no Rio das Mortes e Serra do Roncador, sobretudo (LEEUWEBERG, 2006; SEREBURÃ *et. al.*, 1998). Nas últimas décadas, o desmembramento e proliferação de aldeias transformou-se, aliás, numa ação deliberada desses índios como tática de ocupação física das áreas de reserva de modo a permitir a fiscalização constante dos limites de suas terras e impedir/ inviabilizar invasões em seus territórios.

Recorrentemente, observamos *in loco* os mecanismos de implementação/ consolidação dessa nova dinâmica de resistência sociocultural e político-territorial dos povos indígenas da Amazônia Meridional quando visitamos e estabelecemos diálogos/ interlocuções, inclusive com lideranças, em pesquisas de campo que realizamos nos territórios dos *Araras* e *Gaviões*

(Terra Indígena Igarapé Lourdes- Ji-paraná/ RO) e os *Suruí Paiter* (Terra Indígena Sete de Setembro- Cacoal/ RO- nesse caso, em maio/ 2013).

Referências

ALERU, J. O; ALABI, R. A. Towards a reconstruction of Yoruba culture history: a toponymic perspective. **African Study Monographs**, Kyoto (Japão), v. 31, n. 4, p. 149-162, dez. 2010.

ALVES, J. A. *et al.* Natureza, Sociedade e Cultura: a Amazônia (re) inventada a partir de seus topônimos. **RAÍZES**, Curitiba, n. 19, p. 7-17, 2010.

AZARYVAHU, M; GOLAN, A. (Re)naming the landscape: the formation of Hebrew map of Israel - 1949/ 1960. **Journal of Historical Geography**, Londres, v. 27, n. 2, p. 178-195, 2001.

BECKER, B. K. 2005. "Geopolítica da Amazônia". **Estudos Avançados [online]**, São Paulo, v. 19, n. 53. Acesso em: 27 de Agosto de 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.

_____. Reflexões Sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: COSTA, Wanderley Messias; BECKER, Bertha Koiffmann, ALVES, Diógenes Salas. **Dimensões Humanas da Biosfera/ Atmosfera na Amazônia**. São Paulo: EdUSP, 2007, p. 113-128.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 3 ed. Tradução de Luiz F. Pimenta & Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 2007, 453 p.

COLLINS, M. **The Last Rain Forests**. Londres: Mitchell Beazley International Limited / The World's Conservation Union, 1990, 200 p.

BERNARDES, J. A. As Estratégias do Capital no Complexo da Soja. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. 2 ed. **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002, p. 325-366

CORRÊA, R. L. A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-22, out. 1995.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

_____. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana- Uma Nota Sobre as Pequenas Cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 43-53, jan./ jun. 1999.

DEUS, J. A. S. **Geografia Cultural do Brasil/ Etnogeografia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 135 p.

_____. Inventário toponímico e abordagem etnogeográfica do Mundo Agrário e Alimentos Tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e vales do Jequitinhonha e Mucuri/ MG. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6- 22, dez. 2015.

_____. O etnoambientalismo e as novas territorialidades indígenas em curso no contexto regional da Amazônia Meridional e Oriental. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 59-82, 2º. sem. 2008.

DEUS, J. A. S.; BARBOSA, L. D. A Geografia Cultural Contemporânea e os Focos de Tensão no Mundo: Uma Contribuição ao Debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 7, p. 63-91, set. 2009.

DEUS, J. A. S.; BARBOSA, L. D.; TUBALDINI, M. A. S. Realidades culturais na Organização do Espaço: lutas pela terra e emergência de identidades coletivas no contexto da Amazônia sul-americana e brasileira. **Geografia**, Rio Claro (SP), v. 36 (nº especial), p. 157-167, set. 2011.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. 2014. "Toponímia e Memória: nomes e lembranças na cidade". **Linha D'Água [online]**, São Paulo, v. 27, n. 2. Acesso em 27 de Agosto de 2017, p. 141-157. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/83370/91674>.

GARAU, A. O.; SEBÁSTIAN, J. B. La caracterización del paisaje de Menorca através de la toponímia. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, n. 60, p. 155-169, jul./ dez. 2013.

GONÇALVES, J. R. S. A Resistência Cultural dos Apinayé. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 70-75, fev. 1983.

RODRIGUES, D. Os Panará, quatro décadas após o contato oficial. In: RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas do Brasil**-. São Paulo: ISA, 2006, p. 47-461.

ISQUERDO, A. N. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2008.

LEEUEBERG, F. Xavante: A volta para as raízes do Cerrado. In: RICARDO, Beto, RICARDO, Fany. **Povos Indígenas no Brasil: 2001/ 2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 740-742.

MARTINS, J. S. **Fronteira**- A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009, 192 p.

_____. O tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio/ 1996.

MIRANDA, E. A. EGLER, T. T. C. Representações lusas na Amazônia brasileira: paisagens, imagens e topônimos. **Espaço & Cultura**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 149-166, jan./ jun. 2013.

RANKIN, L. *et al.* **Toponymic and cartographic research conducted for the Labrador Métis Nation**. St John's: Memorial University of Newfoundland, 2008, 121 p.

RIBEIRO, B. G. **Amazônia urgent**: five centuries of history and ecology. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1992, 271 p.

RODRIGUES, D. Panará: quatro décadas após o contato oficial. In: RICARDO, Beto, RICARDO, Fany. **Povos Indígenas no Brasil: 2001/ 2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 457-461.

SEEMANN, J. A. Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Vivência**, Natal, n. 29, p. 207-224, 2005.

SEREBURÃ *et. al.* **Wamrême za'ra** - Nossa palavra: mito e história do povo xavante. São Paulo: Editora SENAC, 1998, 179 p.

SILVA, A. L. Dois séculos e meio de história xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 357-380.

SILVA, R. G. C. 2015. "Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio– o exemplo de Rondônia". **Confins** [online], Paris, v. 23. Acesso em: 30 de Agosto de 2017. Disponível em :<http://confins.revues.org/9949>.